PAN

PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA

FAMALICÃO MERECE MELHOR

PROGRAMA ELEITORAL

Autárquicas 2025

FAMALICÃO
MERECE MELHOR

PAN
PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA

FAMALICÃO JUSTO, SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO 3

PESSOAS 4

Direitos Humanos: O Pilar da Dignidade e Justiça Social 4

Habitação: O Direito Fundamental a uma Casa Digna 5

Igualdade, Inclusão, Integração 6

Violência Doméstica: Um Problema Social Urgente 7

Integração de (I)migrantes: Caminhos para uma comunidade de aceitação 8

Pessoas com Deficiência: A Importância da Inclusão e da Acessibilidade 9

Direitos LGBTQIA+ são direitos humanos 10

A Juventude como protagonista da mudança e a contribuição da população idosa 12

Educação: o Pilar de uma comunidade 14

Educação e Sensibilização Ambiental:
A Chave para um Futuro Sustentável 16

Promoção da saúde: a resposta do presente será a solução do futuro 17

Cultura 18

Desporto 21

A Importância do Desporto 21

FAMALICÃO
MERECE MELHOR

PAN
PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA

ANIMAIS 23

Proteção Animal: um Concelho protetor de Todos os Animais 23

NATUREZA 27

Preservar a Natureza para Garantir o Futuro 27

GESTÃO PÚBLICA E ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO 30

Responsabilidade com as gerações atuais e futuras 30

Desafios do século XXI: Cidades resilientes e inclusivas 30

Economia Sustentável: Prosperidade sem destruição 32

A autarquia como agente de mudança positiva 34

Participação Cívica, Transparência, Proximidade 36

Ordenamento e Planeamento do Território: Uma prioridade 38

Mobilidade Sustentável e Ruas Seguras 39

O Município como prestador de serviços de excelência 40

FAMALICÃO JUSTO, SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO

O PAN de Famalicão apresenta um projeto progressista, centrado na construção de uma **comunidade** justa, sustentável, inclusiva e empática.

Acreditamos que as políticas municipais devem estar ao serviço da população, garantindo o bem-estar e proteção de todas as formas de vida, promovendo uma convivência harmoniosa entre seres humanos, animais e meio ambiente.

Vila Nova de Famalicão é um concelho dinâmico, muito industrializado, e por isso carrega desafios ambientais, sociais e urbanísticos, para os quais se exigem respostas sustentáveis e humanistas.

Ao longo dos últimos anos trouxemos a debate questões e preocupações da nossa **comunidade**, e nunca nos demitimos de fazer o nosso trabalho político, apresentando soluções e propostas concretas para os principais desafios do nosso concelho.

A nossa visão é clara: precisamos de um modelo de governação local que coloque a justiça social, a proteção animal, e a preservação da natureza no centro da discussão e acima de qualquer interesse exclusivamente económico.

Neste programa autárquico apresentamos um trabalho de continuidade, refletindo uma visão integrada e global da nossa **comunidade**.

O nosso compromisso é promover um **desenvolvimento equilibrado**.

Apresentamos soluções concretas para os principais desafios do nosso tempo: a crise habitacional, a degradação ambiental, a discriminação de grupos sociais, a crise climática, a proteção dos direitos dos animais e a criação de uma economia sustentável.

Juntas e juntos podemos criar um concelho onde ninguém fica para trás! Onde a tua voz tem lugar!

Faz parte desta transformação! Vamos quebrar o ciclo!

PESSOAS

Direitos Humanos: O Pilar da Dignidade e Justiça Social

"Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos."

Os direitos humanos são fundamentais para a construção de uma sociedade democrática e inclusiva. Estes garantem que as pessoas possam viver sem medo de opressão, discriminação ou violência. Além disso, são a base para o desenvolvimento social e económico, promovendo equidade, justiça, segurança, educação, saúde, trabalho digno e participação na vida pública.

A proteção dos direitos humanos não é responsabilidade apenas e só dos governos centrais ou instituições internacionais. A proteção começa em cada uma e cada um de nós, na nossa **comunidade**, nas autarquias locais.

É por isso fundamental pensar o nosso concelho como um **espaço seguro e inclusivo**, atendendo às especificidades do território, e projetar o mesmo como um todo.

Para dar resposta às necessidades locais, iremos proceder à:

- Criação de um Observatório Municipal para os Direitos Humanos.

Caberá a esta entidade acompanhar a realidade famalicense, nos seus diferentes setores, recolhendo informações e dados de forma contínua, que permitam a tomada de decisões estratégicas e eficazes e, paralelamente, assegurar atividades de monitorização e avaliação da implementação dessas mesmas decisões.

Queremos um concelho que promova o desenvolvimento de políticas públicas locais com respeito pelas diferenças, promovendo a integração e inclusão, protegendo as pessoas mais vulneráveis, eliminando qualquer forma de discriminação, assegurando, assim, uma **comunidade justa, igualitária e democrática.**

Habitação: O Direito Fundamental a uma Casa Digna

A crise habitacional é uma realidade em Famalicão e um dos maiores problemas do nosso tempo. O direito à **habitação** não pode continuar a ser tratado como um privilégio, antes exige-se não só o seu reconhecimento como **direito fundamental**, que é, mas a sua concretização. É sabido que hoje não são apenas as famílias mais carenciadas a necessitar de apoios, a falta de habitação pública, a especulação imobiliária, entre outros, tem criado um fosso mais alargado entre classes, e o aumento de barreiras aos grupos mais vulneráveis. Assim, o PAN propõe uma abordagem humanista e sustentável para garantir que todas as pessoas tenham acesso a uma casa digna, e que a mesma tenha as condições básicas adequadas.

Pretendemos elaborar uma **Estratégia Municipal para a Habitação** sólida e responsável, que dê respostas efetivas às falhas que o mercado apresenta, mas, principalmente, que tenha um plano sólido de médio e longo prazo. .

Salientamos as seguintes medidas:

- Elaboração de um Plano Municipal de Habitação Acessível, tendo em vista a reabilitação de edifícios devolutos e, posteriormente, a colocação dos mesmos no mercado de arrendamento, a preços controlados, reforçando o número de habitações na esfera pública;

- Criação de um programa de apoio à renda especialmente direcionado para agregados familiares em situação de especial vulnerabilidade, como as vítimas de violência doméstica, comunidade LGBTQIA+, a população mais idosa ou jovens;

- Garantir apoios à renda, obras ou adaptação edifícios a nível energético;

- Incentivar e apoiar o desenvolvimento de novas respostas de habitação, como as cooperativas de habitação, com construções assentes em princípios sustentáveis;

- Lançamento de um projeto piloto para a criação de um sistema de partilha de habitação entre gerações.

Uma casa digna passa, igualmente, por garantir que a mesma responde às necessidades básicas de conforto. Em 2023, Portugal era, a par de Espanha, o país da União Europeia com maior proporção de pessoas sem capacidade financeira para manter a casa adequadamente aquecida. Contudo, temos condições naturais que nos permitem aproveitar recursos, especialmente o sol, e que, com uma estratégia pública bem planeada poderá contribuir para **poupar o ambiente e reduzir os gastos mensais das pessoas.**

Essa estratégia passa por **descentralizar e garantir a independência no acesso à energia.**

Este é o nosso objetivo:

- Criar uma Estratégia Local para a Soberania Energética;

- Garantir um gabinete de apoio técnico, a particulares, empresas e outras entidades, para uma transformação dos edifícios, tornando-os energeticamente eficientes;

- Apoiar a criação de comunidades de energia renovável;

- Assegurar a transformação dos edifícios públicos como o mercado municipal, a central de camionagem, bibliotecas, juntas de freguesia e outros espaços públicos, para modelos energeticamente mais sustentáveis.

Igualdade, Inclusão, Integração

Cada pessoa tem um papel fundamental na construção de um mundo mais humano. Respeitar os direitos dos outros, denunciar violações desses direitos e promover a igualdade e inclusão são atitudes essenciais para se garantir que os mesmos sejam efetivamente aplicados em todas as esferas da sociedade. Afinal, **uma sociedade só pode ser verdadeiramente livre e próspera quando todas e todos têm os seus direitos assegurados e respeitados**.

As questões relacionadas com a problemática da igualdade de género, a violência doméstica, a inclusão das pessoas com deficiência, os desafios que se colo-

cam à comunidade LGBTQIA+, ou a integração da comunidade (i)migrante são realidades que convocam todas e todos para as respostas que urgem serem dadas.

Violência Doméstica: Um Problema Social Urgente

Para o PAN, a violência doméstica é uma das formas mais graves de violação dos direitos humanos. Este tipo de violência ocorre, na sua maioria, dentro de espaços que, à partida, deveriam ser seguros, e com pessoas que partilham o mesmo ambiente familiar ou de proximidade às vítimas.

Embora a violência doméstica não conheça género, ou estatuto social, é público que afeta, principalmente, mulheres e crianças, sendo um reflexo da desigualdade de género e de uma ideia, ainda normalizada, de submissão feminina.

Para combater este flagelo é necessário um esforço conjunto e transversal às mudanças de governos ou executivos municipais, com estratégias bem planeadas a curto, médio e longo prazo, e em articulação com as associações ou organizações sociais, sem esquecer as escolas e a sociedade em geral. E aqui, também as autarquias desempenham um papel fundamental!

Apresentam-se as principais medidas nesta matéria:

- Elaborar um Plano Municipal para a prevenção e combate à violência doméstica, articulando esforços para uma estratégia municipal, com associações locais, organismos e autoridades públicas, escolas e comunidade em geral, para:

- *consciencializar e educar, com vista a prevenir condutas e comportamentos abusivos, em contextos de violência doméstica;*
- *garantir respostas adequadas e efetivas às vítimas de violência doméstica, através da oferta de centros de acolhimento para situações de urgência e casas abrigo para contextos de transição;*

- *disponibilizar serviços de atendimento e apoio psicológico quer às vítimas quer às/aos técnicas/os que trabalham nesta área;*
- *assegurar serviços de acompanhamento jurídico gratuito;*
- *assegurar a gratuitidade de aulas de defesa pessoal;*
- *disponibilizar apoios à compra de medicamentos ou outros bens básicos, nas situações que se verifique tal necessidade;*
- *garantir respostas de acompanhamento para quadros de dependências;*
- *realizar ações de formação para os trabalhadores municipais.*

Integração de (I)migrantes: Caminhos para uma comunidade de aceitação

A (i)migração, não obstante as suas variações, não é um fenómeno novo, e tem moldado as sociedades ao longo da história. A chegada a um país novo traz consigo desafios significativos e obstáculos que, não raras as vezes, empurram as pessoas para situações vulneráveis.

As barreiras linguísticas; o acesso ao mercado de trabalho; a discriminação e a xenofobia; o acesso a serviços essenciais ou o choque cultural são alguns desafios e dificuldades que as pessoas enfrentam, e para os quais se exigem respostas céleres, coordenadas, integradas, com vista a garantir que a integração dessas pessoas se opera de forma positiva, quer para quem chegue, quer para quem recebe.

Acolher e integrar, para um objetivo comum: construir uma comunidade de respeito, aceitação e cooperação.

Medidas como:

- o ensino da língua e cultura local;

- campanhas de combate à discriminação e promoção da diversidade cultural;

- disponibilização de intérpretes para acesso a serviços públicos;

- gabinetes descentralizados, em articulação com as Juntas de Freguesia, para apoio e prestação de informação;

- disponibilização de espaços comunitários;

- envolvimento e apoio a associações locais;

- apoio à frequência de cursos e outros meios para garantir equivalência nas respectivas formações académicas.

São algumas das propostas que se pretende implementar na nossa comunidade.

Paralelamente, entende-se ser fundamental:

- encontrar soluções de habitação condigna para a mão-de-obra imigrante contratada pelas empresas do concelho, em coordenação com as entidades empregadores e/ou associações empresariais;

- reforçar a articulação entre entidades locais e autoridades competentes, no âmbito da fiscalização de situações de alojamento que não cumpram os requisitos de habitabilidade.

Pessoas com Deficiência: A Importância da Inclusão e da Acessibilidade

A inclusão das pessoas com deficiência não é apenas uma questão de direitos, mas sim de justiça e respeito pela dignidade da pessoa humana. A inclusão plena só será possível quando a sociedade eliminar barreiras arquitetónicas ou de comunicação, e proporcionar oportunidades iguais para todas e todos.

Realça-se nesta matéria, uma vez mais, o **papel fundamental** e necessário da **nossa comunidade**. A inclusão começa com a mudança de atitudes. É essencial que a sociedade abandone estereótipos e perceba que as pessoas com deficiência têm igual potencial para contribuir em todas as áreas da nossa comunidade.

Pugnamos pelo respeito, empatia e garantia de oportunidades para assegurar a plena participação dessas pessoas.

Destacamos, nesta área:

- Garantir um concelho acessível, eliminando barreiras físicas e reforçando a fiscalização de estacionamento indevido;

- Assegurar o acesso a uma bolsa de intérpretes de Língua Gestual Portuguesa e disponibilizar acompanhamento no acesso a serviços públicos;

- Apoiar associações, organizações e movimentos de apoio às pessoas com deficiência seja por via financeira, seja por apoio técnico;

- Disponibilizar uma cultura acessível a todas e todos, seja por via de espaços culturais inclusivos, seja por via de oferta de espectáculos com tradução LGP, ou outros mecanismos que permitam um acesso universal aos eventos culturais;

- Promover, em articulação com o tecido empresarial, uma maior oferta de emprego a pessoas com deficiência;

- Criar um banco municipal de produtos de apoio, por empréstimo, complementando o programa nacional da Segurança Social;

- Disponibilizar uma linha específica para atendimento à comunidade surda, com disponibilização de ILGP, e que permita a prestação de informações ou esclarecimentos, relativamente aos serviços públicos;

- Garantir apoios financeiros à adaptação dos imóveis para uma melhor acessibilidade;

- Lançar um projeto-piloto de Vida Independente, que complemente a oferta nacional

Direitos LGBTQIA+ são direitos humanos

As pessoas da comunidade LGBTQIA+ enfrentam diversos desafios sociais e de inclusão, que impactam nas suas vidas de forma significativa. Apesar dos

avanços em direitos e representatividade, ainda há barreiras que dificultam a plena inclusão desta comunidade na nossa sociedade.

Discriminação e violência; exclusão familiar e social; falta de representatividade, impactos na saúde mental são alguns dos problemas que, diariamente, esta comunidade enfrenta.

Para o PAN é fundamental garantir apoios diretos ou indiretos, fomentar uma política de inclusão e não discriminação, para garantir um futuro mais igualitário e justo para todas as pessoas, independentemente de sua identidade de género ou orientação sexual.

Para dar resposta a estas e outras problemáticas pretende-se garantir:

- a adesão ao Rainbow Cities Network (cidades arco íris);

- a criação de um centro Arco-Íris:

- disponibilizando um espaço seguro para apoiar e promover atividades de inclusão, de debate e que sensibilize a comunidade para o respeito de todas e todos;

- assegurar respostas de emergência para situações de vulnerabilidade habitacional;

- a constituição de uma equipa multidisciplinar de apoio à comunidade LGBTQIA + e respectivas famílias:

- apoiando por via de acesso a psicólogos;

- garantindo informação e apoio na questão da saúde sexual;

- assegurando formação frequente aos diversos profissionais e funcionários para um atendimento adequado em geral, e, em especial, no atendimento de vítimas LGBTQIA+

De forma a garantir políticas interligadas e que permitam respostas globais, pretende-se:

- criar o Pelouro para a Igualdade, Inclusão e Integração, que em articulação com o Observatório Municipal para os Direitos Humanos, desenvolverá políticas e estratégias nestas matérias, com planos delineados e refletidos nas várias esferas e organismos públicos.

A Juventude como protagonista da mudança e a contribuição da população idosa

A juventude sempre teve um papel fundamental na transformação da sociedade. É um agente de mudança que impulsiona o desenvolvimento e desafia as normas estabelecidas.

Contudo, a população jovem tem ao seu dispor oportunidades e ferramentas para influenciar o mundo à sua volta, e em particular a sua comunidade, e ao mesmo tempo enfrenta desafios únicos como a crise habitacional, a reduzida ou pouco diversificada oferta de emprego, assim como pouca atratividade deste, ao que acresce uma maior exposição a situações de burnout. Por isso, cabe-nos apoiar e incentivar essa jornada!

Para o PAN é fundamental:

- reconhecer o potencial da juventude, criando espaços descentralizados que permitam a convivência e partilha de projetos, ideias e convívios;

- investir e incentivar a participação cívica e política;

- valorizar as ideias e contribuições da juventude para os vários setores do concelho com vista a beneficiar a comunidade com novas perspectivas e soluções inovadoras.

Queremos:

- garantir uma inscrição no orçamento municipal para apoiar projetos inovadores, assentes na promoção da sustentabilidade do concelho, de âmbito cultural, promotores da inclusão ou outros, desenvolvidos por jovens;

- envolver a comunidade escolar, famílias e antigos alunos em projetos de melhoramento das infraestruturas escolares, permitindo a sinalização dos principais pontos a melhorar e a troca de conhecimento;

- desenvolver práticas que promovam a participação da juventude nas decisões locais, por via da realização de:

- Assembleias Municipais Jovens;

- Orçamentos Participativos Jovens;

- descentralizar espaços de estudo com acesso a biblioteca e equipamentos digitais;

- assegurar apoios nos passes mensais aos estudantes, que se desloquem dentro e fora concelho;

- garantir apoios financeiros à aquisição de manuais e propinas às/aos jovens universitários;

- incentivar a realização de estágios remunerados quer nos serviços públicos, quer em cooperação com o setor privado

Mas, o PAN não vê a comunidade como gavetas independentes!

No geral, e em particular no nosso concelho, a população idosa tende a representar uma parcela significativa. Assim, teremos de garantir políticas integradas que permitam respostas adequadas aos desafios locais.

O isolamento social; problemas de acessibilidade e mobilidade; preconceito e desvalorização; saúde e bem-estar, são alguns dos obstáculos ou desafios que muitas pessoas enfrentam. O idadismo, que é o preconceito contra pessoas mais velhas, ainda é um problema presente na nossa sociedade. Muitos idosos são vistos como ultrapassados ou incapazes, quando na verdade possuem uma vasta experiência e conhecimento que podem e devem ser aproveitados.

Queremos uma comunidade adaptada e sensibilizada para este tema. Defendemos a criação de um **Conselho Municipal Intergeracional**, que planeie uma estratégia local para interligar gerações.

- o investimento em saúde preventiva; o envelhecimento ativo; a educação, formação e inclusão digital; o incentivo e apoio ao voluntariado; respostas habitacionais dignas;

- o desenvolvimento de um projeto que incentive, garantindo condições de segurança, e interesses comuns, a partilha de habitação entre a população mais jovem e a mais idosa;

- um concelho inclusivo, em termos de mobilidade, eliminando barreiras arquitetónicas;

- a criação da figura do "assistente municipal para a pessoa idosa":

- *criando equipas de proximidade à população mais vulnerável;*
- *combatendo o isolamento e garantindo respostas sociais de inclusão;*
- *permitindo proceder à identificação das principais áreas que a população mais idosa regista mais limitações ou dificuldades e fazer corresponder as respectivas respostas;*
- *criando equipas multidisciplinares de apoio psicológico, cuidados saúde e outros*

- a criação de um projeto intitulado "Memória Ativa: Idosos que inspiram jovens", com vista à promoção de ciclos de conferências que permitam a partilha de histórias e experiências;

- o lançamento de um Programa Intergeracional de Formação

Com o devido apoio e reconhecimento, a população idosa pode continuar a contribuir ativamente em diversos setores, enriquecendo a vida comunitária e transmitindo conhecimento para as próximas gerações.

Educação: o Pilar de uma comunidade

Portugal tem à sua disposição diversas oportunidades para transformar o sistema educativo. A transição digital, a aposta em competências para o século XXI - como o pensamento crítico, literacia digital, desenvolvimento e adaptação às

novas tecnologias -, e os fundos europeus disponíveis representam uma oportunidade de modernização e inovação pedagógica.

Sabemos que é em e como comunidade que conseguiremos fomentar parcerias, entre escolas, famílias, entidades públicas e privadas ou do setor social, reforçando o papel da escola como centro de desenvolvimento local.

O PAN defende um planeamento educativo que permita criar uma rede integrada de recursos e respostas educativas do setor público, social e solidário, que garanta a possibilidade de rentabilização de espaços educativos e promova a partilha de boas práticas educativas com a comunidade. Paralelamente, defendemos que todas as infraestruturas, equipamentos e espaços escolares devem ser inclusivos, modernos, com oferta de espaços verdes e assentes em princípios sustentáveis, como a soberania energética.

Queremos:

- Garantir uma Carta Educativa progressista, que promova:

- *uma gestão sustentável e a modernização dos equipamentos educativos;*
- *a oferta de transporte escolar adequada às necessidades;*
- *o sucesso escolar de todas e todos, promovendo o devido acompanhamento, com equipas multidisciplinares, para aquelas e aqueles que revelem mais dificuldades na aprendizagem;*
- *uma educação inclusiva de excelência, garantindo recursos humanos e equipamentos adequados às necessidades;*
- *a oferta de formações em áreas como a digital e económico-financeira; sustentabilidade e Língua Gestual Portuguesa;*
- *a inclusão e a igualdade de género;*
- *o desporto e a saúde mental;*
- *respostas eficazes e adequadas em matéria de recursos humanos.*

- *o debate e sessões sobre temas atuais e essenciais na nossa comunidade, como os direitos LGBTQIA+; o acolhimento e integração de (i)migrantes; a violência doméstica; o modelo educativo e a participação da comunidade escolar; a participação política; os desafios e contextos da atualidade mundial, entre outros;*
- *a disponibilização e descentralização do acesso a espaços de estudos, assim como a espaços municipais de natureza cultural, ambiental, artística ou desportiva;*

- Queremos um concelho que pense e invista na educação como o motor da comunidade

Educação e Sensibilização Ambiental: A Chave para um Futuro Sustentável

A educação ambiental é uma das áreas fundamentais para a construção de uma sociedade mais sustentável e consciente sobre os impactos das suas ações no meio ambiente, e esta não pode ser vista apenas como uma disciplina escolar, mas como um **compromisso de toda a comunidade**. Cada indivíduo, empresa e instituição tem um papel fundamental e a responsabilidade na construção de um futuro mais sustentável. Para o PAN, envolver as pessoas em torno desta causa comum é essencial para garantir o sucesso dos objetivos a cumprir.

Torna-se essencial que a **comunidade** desenvolva uma compreensão mais profunda sobre a importância da preservação e respeito pela natureza, a promoção de hábitos saudáveis e comportamentos sustentáveis, formando-se cidadãs e cidadãos mais críticos e responsáveis, capazes de tomar decisões informadas e que contribuam para um território ecologicamente equilibrado.

Assim, considera-se essencial:

- a criação de um Centro de Interpretação e Educação Ambiental, que vise:

- *a realização de campanhas informativas, eventos e palestras, que tragam a debate questões ambientais e que envolvam as escolas e comunidade na criação de projetos sustentáveis e orientados para a preservação da natureza;*

- *o incentivo à criação de hortas escolares, ensinando práticas agrícolas sustentáveis, e o aumento dos espaços verdes e sombras naturais nas escolas;*
- *a realização de campanhas regulares sobre a redução do desperdício alimentar e o consumo consciente;*
- *que promova o respeito, proteção e bem-estar animal*

Promoção da saúde: a resposta do presente será a solução do futuro

A saúde é um dos pilares fundamentais de qualquer sociedade, garantindo qualidade de vida, bem-estar e longevidade à população.

As políticas públicas centrais tendem a focar respostas de última linha, o que tem levado a um perpetuar de problemas estruturais nas respostas, que se querem céleres, preventivas e efetivas. As longas listas de espera, a falta de recursos humanos ou infraestruturas degradadas ou insuficientes contribuem para um agravar das dificuldades no acesso à saúde. Além de se ter de pensar em respostas mais próximas e céleres, temos de mudar o paradigma da saúde.

Apostar em medidas de prevenção é o nosso foco!

Através do **Pelouro da Saúde e Bem-Estar pretende-se criar um Plano Municipal** para a **prevenção da doença** por via da **promoção da saúde**, através de parcerias com associações e outras entidades, com vista ao apoio psicológico a pessoas mais expostas a situações delicadas, sejam pessoais, familiares ou outras, que potenciem fragilidades do foro físico ou psicológico, como estudantes, cuidadores informais, população idosa, vítimas violência doméstica, pessoas LGBTQI+, entre outras, garantindo meios técnicos e humanos de apoio, em geral:

- elaborando uma estratégia local que vise capacitar e informar diferentes públicos sobre a saúde mental;

- garantindo espaços para promoção do exercício físico de forma continuada;

- oferecendo uma rede de apoio, através da cooperação entre escolas, associações, Juntas de Freguesia e outras entidades públicas ou privadas, ao acesso a consultas de nutrição e psicologia;

- criando o programa "Direito a desligar" - programa municipal de apoio às/aos cuidadoras/es informais, com o objetivo de proporcionar uma oportunidade de descanso das exigentes funções que estes exercem;

- apostando e incentivando a adoção de hábitos alimentares mais saudáveis, e apoiar a introdução da alimentação de origem vegetal em cantinas municipais, incentivando opções mais éticas e sustentáveis;

- garantindo respostas de proximidade a grupos mais vulneráveis, por via de protocolos com entidades locais e escolas, na área da saúde

Por outro lado, importa garantir que o concelho oferece serviços de saúde de qualidade. Nesse sentido, iremos exigir junto do Governo uma **solução efetiva para melhorar as infraestruturas, assegurar especialidades e aumentar os recursos humanos do Hospital de Famalicão**.

Cultura

A cultura desempenha um papel fundamental no fortalecimento das comunidades. A mesma revela-se um elo que une as pessoas, por meio de valores, tradições, memórias, costumes e expressões artísticas que representam formas de viver, formas de pensar e de ver o mundo.

Através da cultura, uma comunidade preserva a sua identidade, compartilha saberes entre gerações e promove o sentimento de pertença. Paralelamente, as atividades culturais estimulam o convívio social, incentivam a criatividade e contribuem para o desenvolvimento educacional, social, e até económico, local.

Defendemos que uma forte aposta na cultura resultará numa comunidade mais proativa e unida, consciente da sua história e do mundo que a rodeia, melhor preparada para construir um futuro com mais equidade, com respeito pela diversidade e por todos os seres que connosco habitam o planeta.

Queremos elevar o conceito de cultura e tradição respeitando os valores, mas reconhecendo a necessidade de se assumir que a evolução civilizacional impele-nos a respeitar o bem-estar de todas as formas de vida. Comprometemo-nos a investir na democratização da cultura, para que esta aproxime as pessoas, e que a mesma reflita a empatia que a todas e todos diz respeito.

Defendemos, por isso, um **maior investimento na cultura inclusiva, equitativa e empática transversal a todo o concelho**.

Como verdadeiros agentes da mudança construtiva e protagonistas do desenvolvimento do pensamento crítico, defendemos a valorização das/os artistas locais, e associações culturais, projetando-as/os do concelho para o mundo, promovendo a sinergia entre a promoção da saúde e bem-estar, e envolvendo a comunidade em projetos intergeracionais.

Defendemos a:

- Criação de um Conselho Cultural Participativo com cidadãs/ãos, escolas, associações e empresas, de forma a delinear um Plano Municipal para a Cultura, pensado a médio prazo, e que vise criar uma estratégia local com vista a:

- *Garantir que os espaços culturais públicos são acessíveis a todos os públicos, nomeadamente eliminando qualquer barreira arquitetónica, e disponibilizando o acesso aos conteúdos em braille e/ou audiodescrição, e em Língua Gestual Portuguesa;*
- *Investir na descentralização da oferta de programas culturais;*
- *Assegurar apoio financeiro e/ou de infraestruturas a projetos culturais locais, nacionais ou internacionais;*
- *Realizar, frequentemente, feiras de livros e espetáculos culturais de rua;*
- *Promover eventos que permitam a participação e apresentação de artistas famalicenses;*

- *Transformar o concelho num polo de cultura e que este se torne atrativo internacionalmente;*
- *Garantir uma oferta cultural, descentralizada e diversificada, que apresente espetáculos como música clássica, dança, teatro, arte circense, entre outros;*
- *Disponibilizar espaços para exposições particulares ou associativas, fixos ou itinerantes, que promovam a preservação da memória e história do nosso território;*
- *Garantir a preservação de infraestruturas e espaços públicos que simbolizam a história e património cultural do concelho;*
- *Criar uma bolsa municipal de instrumentos musicais, a ser disponibilizada a qualquer pessoa que pretenda aprender um instrumento musical, mas cuja situação financeira seja mais desfavorável;*
- *Garantir a disponibilização de edifícios e espaços públicos subutilizados ou abandonados para residências artísticas, proporcionando aos artistas um espaço acessível para a realização de atividades criativas;*
- *Incentivar a produção artística e cultural, envolvendo associações, coletivos e populações locais;*
- *Criar um voucher municipal para a cultura para jovens que completem 18 anos, a ser utilizado na compra de bilhetes de teatro, cinema, concertos ou outros eventos culturais de relevo no município;*
- *Estabelecimento de um programa semanal de transmissão de cinema nas salas principais da Casa das Artes, Teatro Narciso Ferreira e outros espaços, em modelo de parceria, complementar à oferta existente;*
- *Criação de um Orçamento Participativo para a Cultura, com vista ao financiamento de projetos culturais municipais a serem propostos e votados pela comunidade.*

Desporto
A Importância do Desporto

O desporto desempenha um papel fundamental na vida das pessoas, tanto a nível físico quanto emocional e social. A prática regular de atividades desportivas promove a saúde, melhora a condição física e contribui para a prevenção de doenças como a obesidade, diabetes e problemas cardiovasculares.

Para os jovens, o desporto é uma ferramenta poderosa na formação de valores como o trabalho em equipa, a cooperação, a solidariedade e a superação de desafios. Também é um meio eficaz de inclusão social, combatendo o isolamento e promovendo a integração entre diferentes grupos.

No ambiente escolar, o desporto revela-se, também, um elemento fundamental para o rendimento académico, ao melhorar a concentração e a fortalecer a autoestima. Incentivar a prática desportiva, no geral, é investir na saúde preventiva, na educação e na convivência harmoniosa. O desporto vai além da competição, é uma escola de vida.

Assim, defendemos:

- Uma aposta na modernização, e oferta de infraestruturas e equipamentos desportivos escolares;

- A promoção do desporto e atividade física em contexto informal, através:

- *da abertura dos equipamentos escolares, durante o fim-de-semana e finais de dia, à população em geral, criando-se, assim, uma rede de oferta descentralizada e próxima da população;*
- *da adaptação do espaço público (ruas, praças e jardins) das necessárias condições para jogos tradicionais e coletivos;*
- *de corredores seguros, em espaços florestais e urbanos, para caminhadas ou outros desportos/atividades ao ar livre;*

- A conservação da zona envolvente do Estádio Municipal na esfera pública de forma a garantir a continuidade daquela área desportiva, potenciando

e aumentado as ofertas desportivas à comunidade em geral, e paralelamente, diligenciar por uma solução que permita melhorar a qualidade dos equipamentos desportivos

Paralelamente, consideramos essencial garantir que qualquer equipamento desportivo, seja no âmbito escolar, seja o existente em parques de lazer, dispõem de oferta adaptada a pessoas com deficiência.

ANIMAIS

Proteção Animal: um Concelho protetor de Todos os Animais

A proteção e os direitos dos animais são responsabilidades de toda a sociedade. O respeito pela vida animal não deve ser visto como um privilégio concedido pelos humanos, mas sim como um dever moral e ético.

Garantir que os animais vivam sem sofrimento e exploração é essencial para a construção de um mundo mais justo, empático e equilibrado. Pequenas mudanças em hábitos diários, aliadas à adoção de políticas públicas eficientes, podem fazer uma grande diferença na vida de milhões de seres vivos. Esta é uma causa a que o concelho não pode ficar indiferente!

Das principais medidas no âmbito da proteção animal destacamos:

- a criação de um Pelouro para a Proteção, Saúde e Bem-Estar Animal que desenvolverá a sua atividade em coordenação com

- o/a Provedor/a Municipal dos Animais, que terá a seu cargo, entre outras, a competência para desenvolver projetos, apoiar associações e fiscalizar o cumprimento das leis de proteção animal.

Os animais de companhia ocupam hoje um papel central nas famílias portuguesas, sendo reconhecidos legalmente como seres sencientes. No entanto, continuam a existir contextos que levantam constrangimentos aos tutores aquando da sua morte. Por um lado, temos o elevado custo dos serviços privados, por outro a inexistência de respostas locais públicas para a deposição dos animais, de forma digna. Esta realidade conduz, por vezes, a práticas inadequadas que colocam em risco a saúde pública e o ambiente.

Assim, o PAN propõe:

- a criação de um cemitério municipal para animais, assegurando que todos as/os cidadãs/ãos tenham acesso a um serviço acessível, ético e ambientalmente responsável.

Entendemos que as valências e competências do Centro de Recolha Oficial Animal (CROA) devem ser alargadas com vista a garantir a concretização de projetos e campanhas focadas em políticas de prevenção, sensibilização e no apoio e socorro a animais, assentes num **Serviço Veterinário Municipal** de excelência. E, paralelamente, que permita acolher e cuidar de animais além dos de companhia.

Assim, importa garantir:

- infraestruturas, recursos técnicos e aumento do número de recursos humanos para o acolhimento e tratamento de animais;

- respostas de acolhimento temporário de animais cujos tutores possam estar em situações excepcionais, como em casos de hospitalização, falecimento ou impossibilidade temporária de os acolher;

E porque não queremos mais animais presos, abandonados ou com falta de cuidados veterinários, defendemos:

- a elaboração de um Plano Municipal para o desacorrentamento de animais de companhia;

- a disponibilização de uma Ambulância de Socorro Animal (ASA);

- a esterilização gratuita para animais de companhia de famílias carenciadas, e o alargamento da percentagem de comparticipação nos restantes casos;

- a inscrição de verba financeira, no orçamento municipal, para atribuição de apoios financeiros para cuidados médico-veterinários, no geral;

- a criação de uma equipa multidisciplinar para acompanhar situações relacionadas com a acumulação de animais (Síndrome de Noé);

- a oferta de leitores de microchip às entidades locais, como forças de segurança, Juntas de Freguesia e Associações;

- a realização de campanhas educativas sobre adoção responsável e contra o abandono;

- a ampliação do programa Captura-Esterilização-Devolução (CED) a todas as freguesias;

- a criação da figura do Animal Comunitário;

- a inclusão dos animais de companhia no plano municipal de prevenção e combate à violência doméstica, quer no âmbito das ações de sensibilização e de prevenção, quer permitindo o acesso dos animais aos espaços de apoio à vítima da competência do município.

Mas o PAN não defende apenas os animais de companhia!

Um concelho que se quer a liderar pelo exemplo não pode apoiar, promover, e muito menos financiar atividades que promovem o mau trato animal, ou que normaliza a violência contra animais.

Nesse sentido, defendemos que o concelho deve declarar-se:

- Município livre de garraiadas, ou qualquer outra atividade que coloque qualquer animal em contextos de exploração, sofrimento, ou exposição a situações que potenciam uma diminuição do seu bem-estar.

Paralelamente, iremos:

- Proceder a ações de fiscalização rigorosa das condições em que os animais são mantidos, nomeadamente em feiras, mercados e outros eventos públicos;

- Criar uma plataforma específica para denúncias no âmbito da proteção e bem-estar animal;

- Criar um centro de recolha e recuperação de ouriços;

- Proibir a atividade cinegética em terrenos que sejam propriedade ou que estejam na posse do município, bem como não conceder qualquer tipo de apoio institucional a esta atividade;

- Adaptar o CROA a nível de infraestruturas e recursos humanos para receber animais, além dos de companhia, nomeadamente animais de pecuária que possam estar em situações de emergência

NATUREZA

Preservar a Natureza para Garantir o Futuro

A crise climática é a maior ameaça do nosso tempo. O PAN defende uma agenda ambiental ambiciosa, com medidas concretas para reduzir a poluição, preservar a biodiversidade e garantir um concelho habitável para as futuras gerações.

Proteger a natureza é, desde logo, respeitar os seus ciclos, as suas características locais, a sua biodiversidade e garantir que existem espaços seguros quer para as pessoas, quer para os animais.

Num concelho onde os abates indiscriminados de árvores, a negligência na proteção dos nossos rios e riachos, a não proteção de zonas verdes, a artificialização de solo, têm sido prática corrente nos últimos anos, **precisamos quebrar este ciclo**, e desenvolver políticas que venham equilibrar e mitigar alguns dos efeitos negativos que já se sentem.

Consideramos que a **preservação de florestas**, e outros ecossistemas é essencial para garantir a sobrevivência das espécies e assegurar qualidade de vida a todas as pessoas. Por isso, a reflorestação, por um lado, e a reconversão da floresta, por outro, a criação e aumento de espaços verdes e a oferta de jardins terapêuticos, o combate à poluição ou a reversão da artificialização de espaços públicos são medidas fundamentais para assegurar um concelho promotor de práticas de proteção da biodiversidade.

Irá ser criado

- um Fundo Ambiental Municipal que permita assegurar respostas céleres, perante situações extraordinárias decorrentes de fenómenos climáticos, investimento na transição energética, e desenvolvimento de projetos de âmbito ambiental.

Paralelamente, iremos garantir

- a criação de áreas florestais protegidas de cariz municipal e intermunicipal, em locais estratégicos como Portela, Vermoim, Fradelos, Oliveira Santa Maria, Ruivães, Delães, Calendário e outros, com vista a assegurar a existência de verdadeiros corredores ecológicos, preservando, assim, a fauna e flora nativas, e, paralelamente, que permita o acesso a todas as pessoas que queiram usufruir do contato com a natureza, promovendo a saúde e bem-estar psicológico.

Entendemos ser, igualmente, fundamental:

- Declarar o Município livre de herbicidas, optando-se por métodos ecológicos de manutenção dos espaços públicos em todas as Freguesias;

- promover-se, frequentemente, sessões de sensibilização e informação para a importância do aumento dos espaços verdes e jardins, como espaços protetores dos polinizadores e meios naturais de combate às alterações climáticas;

- proceder ao levantamento de locais estratégicos que possibilitem a criação de jardins e zonas verdes, nas freguesias

Uma das maiores falhas na proteção ambiental, no nosso concelho, prende-se com a preservação dos rios locais. Quer pela falta de fiscalização, pelo entubamento de linhas de água, e pela negligência grosseira na não adoção de soluções efetivas, nomeadamente para os ribeiros e rios locais, como é o caso do rio Pelhe, entendemos ser prioritário a adoção de medidas que protejam genuinamente um elemento essencial à nossa vida: **a água**.

Assim, e porque **Água é Vida**, iremos:

- implementar uma Estratégia local para a despoluição dos rios municipais, e desenvolver esforços para a elaboração de uma Estratégia intermunicipal com vista à despoluição de rios que atravessam vários concelhos.

- em articulação com as Juntas de Freguesia, proceder ao levantamento e identificação dos fontanários de acesso público, que tenham potencial de servir as populações, ou permitir o abastecimento de reservatórios para regas ou outros fins, procedendo-se à realização de análises mensais assegurando um abastecimento seguro e saudável.

Assim como:

- proceder à renaturalização das margens e à regularização de situações que indevidamente bloquearam o acesso às mesmas.

Aliado à existência de estratégias locais, a necessária cooperação e colaboração com Associações, Movimentos, entidades privadas e cidadãs e cidadãos, consideramos essencial:

- a criação da figura do Vigilante da Natureza:

- *com funções de fiscalização e vigilância no geral;*
- *com competências para articular, com demais entidades, planos para a prevenção de fogos florestais;*
- *que proceda à identificação de áreas degradadas, com vista à sua renaturalização;*
- *com participação ativa no Centro de Interpretação e Educação Ambiental*

- a criação de uma plataforma de denúncia de atos potencialmente ilegais, de âmbito ambiental.

Cuidar da natureza é cuidar do futuro de todas e todos! Cuidar da natureza é sermos responsáveis!

GESTÃO PÚBLICA E ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

Responsabilidade com as gerações atuais e futuras

A **responsabilidade intergeracional** é um princípio ético que convoca todas e todos. Estamos perante realidades cada vez mais complexas, desafiadoras, marcadas por rápidas transformações tecnológicas, mas ao mesmo tempo com graves desigualdades sociais e desafios climáticos cada vez mais urgentes de se resolverem.

Precisamos **quebrar o ciclo** de pensar a política a 4 anos, e agir de forma a garantir que as atuais e futuras gerações herdam um planeta habitável, a cuja comunidade se ofereça qualidade de vida, oferta de emprego e uma economia verde, e que cuja gestão seja financeiramente sustentável.

Queremos cuidar do futuro, queremos liderar pelo exemplo

Seja pelo compromisso nas propostas aqui apresentadas, seja pela liderança que queremos assumir nas diferentes matérias como a questão ambiental ou social, no respeito pelas memórias da nossa comunidade, na preservação da nossa identidade, pela promoção do diálogo intergeracional, seja gerindo o erário público de forma responsável e equilibrada, e tantas outras áreas que refletem as nossas causas.

É nosso propósito criar uma democracia local forte, transparente e participativa.

A responsabilidade de uma autarquia deve observar-se em toda a sua atuação, seja em ações de orientação ou cooperação com os diferentes agentes públicos ou privados, de organização do território, de planeamento, em cada decisão local, pensando no bem-comum, pensando no real interesse público, pensando no futuro.

Desafios do século XXI: Cidades resilientes e inclusivas

A adaptação e mitigação às alterações climáticas é um dos maiores desafios da atualidade. Famalicão deve adotar medidas ambiciosas para reduzir a poluição, proteger os ecossistemas e mitigar os efeitos das alterações climáticas.

A construção de uma **comunidade** inclusiva, segura, resiliente e sustentável carece de uma **visão progressista**. E é por isso que o PAN quer **quebrar os sucessivos ciclos** de decisões que têm hipotecado a qualidade de vida das gerações atuais e futuras.

Atualmente já assistimos a vários fenómenos meteorológicos extremos que impactam negativamente na vida das pessoas, provocam graves prejuízos e originam situações de emergência, que nem sempre são atempadamente resolvidas.

Nesse sentido, entendemos ser necessário garantir a existência de

- uma Equipa de Resposta Rápida, que em articulação com a Proteção Civil e demais autoridades, e com base em procedimentos pré-estabelecidos, garanta uma resposta célere no apoio às pessoas, ou animais em situação de emergência, decorrentes de eventos climatéricos extremos ou incêndios.

Esta equipa será representada no

- Conselho Municipal para o Ambiente, que em conjunto com

- O Pelouro do Ambiente e Ação Climática desenvolverão políticas na área da proteção ambiental, e demais matérias conexas.

Paralelamente, e em coordenação com as Juntas de Freguesia, para o PAN é fundamental:

- aumentar, incentivar e descentralizar a criação de hortas comunitárias, e criar uma plataforma gratuita que permita a comunicação, troca ou venda de excedentes;

- garantir um serviço municipal de compostagem, em todas as freguesias, assegurando a oferta de compostores aos munícipes, assim como a formação para o correto tratamento dos resíduos;

- assegurar a colocação de diferentes tipos de recipientes para a recolha do lixo, através do reforço de ecopontos, ecoilhas e ecocentros de forma permanente;

- implementar sistema de recolha porta-a-porta, com vista à recolha separada de resíduos dos diferentes fluxos: indiferenciados, papel/cartão, embalagens de plástico e metal, vidro, resíduos alimentares e de jardim.

Mas, liderar pelo exemplo, exige ações continuadas e não somente em dias pontuais, assim propomo-nos a:

- Elaborar um Plano Municipal, sob o mote: Famalicão, cidade protetora da Terra, que vise, entre outros:

- que a realização de eventos municipais assegura práticas sustentáveis, eliminando plásticos descartáveis, entre outras;

- a Adesão do Município ao Plant Based Treaty (Tratado Base Vegetal);

- a substituição de fogo de artifício ruidoso por alternativas inovadoras, inclusivas e ecológicas;

- a instalação da calculadora Pegada Ecológica Municipal;

- a redução do consumo de energia e água nos edifícios públicos

Economia Sustentável: Prosperidade sem destruição

A economia local é essencial para o desenvolvimento sustentável e o bem-estar da população. Quando compramos num mercado local, contratamos um serviço da região ou consumimos produtos regionais, estamos a contribuir diretamente para o crescimento da economia da nossa terra, promovendo a criação de empregos e a capacitar o tecido empresarial local. Apostar em atrair empresas modernas e sustentáveis resultará em salvaguardar, em primeiro lugar, o interesse das e dos famalicenses e da sua qualidade de vida.

Por outro lado, a economia local promove relações de proximidade, confiança e cooperação entre as pessoas, empreendedores e instituições. Essa ligação favorece a coesão social e permite uma maior adaptação às necessidades específicas de cada localidade.

Investir na economia local, também, reduz a dependência de grandes cadeias de distribuição nacionais e internacionais, reduz a nossa pegada ecológica, e pode garantir uma comunidade mais resiliente e consciente, por exemplo, em tempos de crise económica ou mudanças globais, garantindo-se mais soberania e autonomia, no geral.

É fundamental que o município promova o desenvolvimento económico local. Isso pode ser feito através de incentivos ao empreendedorismo, apoio às pequenas e médias empresas, modernização dos serviços públicos e atração de investimento.

Apoiar a economia local e a inovação é valorizar a identidade, a cultura e a força produtiva da própria região. É um passo importante para construir comunidades mais justas, dinâmicas, que ofereçam produtos e serviços de alto valor acrescentado e sustentável.

Queremos incentivar projetos que pensem a comunidade como um todo, que tragam mais-valias económicas e sustentáveis, e que pensem o futuro de Famalicão como um lugar de referência em matérias como a economia circular; produção agrícola sustentável e que a floresta seja percepcionada como um bem a ser protegido.

Assim, iremos:

- Criar o Gabinete "Investir Positivo", um gabinete de apoio e captação de investimento em áreas entendidas pelo PAN como estratégicas, como sejam as das alterações climáticas, economia circular, da tecnologia, da mobilidade e da alimentação;

E, paralelamente, pugnar:

- pela criação de apoios financeiros, técnicos para o incentivo a práticas de transição para sistemas agrícolas sustentáveis, nomeadamente, na produção vegetal e biológica;

- pela promoção e incentivo a projetos agroflorestais e outros que visem a reflorestação e proteção da biodiversidade;

- por garantir apoios financeiros, ou outros, para atrair empresas e projetos que promovam a economia circular, o desenvolvimento de técnicas e processos para uma indústria sustentável, entre outros;

- por atrair projetos de investigação em áreas tecnológicas; processos e tecnologias sustentáveis; construção sustentável, entre outras;

- pela criação de espaços descentralizados para a realização de mercados de produtos biológicos e locais;

- garantir incentivos fiscais aos proprietários cujos prédios rústicos estejam integrados em áreas classificadas que proporcionem serviços de ecossistema;

- dinamizar os núcleos urbanos do concelho, como o centro da cidade, Riba D'Ave, Joane, Ribeirão, atraindo pequenos comerciantes e potenciando os negócios já existentes;

- disponibilizar, a custos controlados, espaços para co-working, dinamizando o centro da cidade ou áreas mais sub-aproveitadas;

A autarquia como agente de mudança positiva

A boa gestão do erário público deve ser vista como parte de um todo. Necessitamos de uma visão estratégica, socialmente comprometida e empenhada na defesa do ambiente.

À velha máxima da satisfação de necessidades coletivas, acrescenta-se a necessidade de uma atuação pública que não comprometa as gerações futuras, na sua qualidade de vida.

Pensar na promoção do bem-estar coletivo, através da gestão eficiente dos recursos públicos, é pensar que a contratação pública desempenha um papel essencial não só na economia, mas, também, promoção da saúde e direitos sociais, assim como na sustentabilidade ambiental.

Reconhecendo-se o papel fundamental que uma autarquia pode representar na economia, especialmente local, irá pugnar-se por uma **reforma na escolha dos procedimentos e critérios dos contratos públicos**.

Assim, critérios como o ambiente, a igualdade salarial, inclusão de pessoas com deficiência, ou demais questões sociais não podem continuar a ser vistas como secundárias no ato de formação ou execução de um contrato público.

Defendemos:

- a inclusão de critérios ambientais e sociais nos cadernos de encargos;

- um planeamento estratégico, sustentável e pensado a longo prazo com vista à eliminação, ou redução ao máximo possível, da utilização da figura do ajuste direto, promovendo-se assim um melhor cumprimento do princípio da concorrência e garantindo oportunidades para diferentes operadores económicos;

- publicação, em plataforma criada para o efeito, de todos os procedimentos, peças do concurso e demais atos relativos à contratação pública, além da legalmente exigida.

A gestão económica de um município é um dos pilares fundamentais para o seu desenvolvimento sustentável e para a qualidade de vida dos seus habitantes. Em especial, a forma como a câmara municipal administra os seus recursos financeiros, planeia investimentos e assegura o equilíbrio entre receitas e despesas deve ser algo feito com responsabilidade e visão de futuro com vista à sustentabilidade financeira atual e das gerações futuras, salvaguardando equidade na distribuição de benefícios e custos entre gerações.

Uma boa gestão económica exige planeamento, transparência e responsabilidade. As principais fontes de receita de um município como os impostos municipais, as transferências do Estado e fundos comunitários devem ser aplicadas de forma eficiente em áreas prioritárias como a educação, saúde, mobilidade, habitação, proteção ambiental e apoio social, sem esquecer a responsabilidade na proteção dos animais.

Transparência e participação cidadã são igualmente essenciais na gestão económica municipal. **Os cidadãos têm o direito de conhecer como são utilizados os recursos públicos e de participar nas decisões que afetam a sua comunidade**.

Defendemos uma gestão económica eficiente e responsável, para garantir um município mais justo, equilibrado e preparado para enfrentar os desafios do futuro.

Queremos:

- Criar de um Fundo Social Municipal: Famalicão 2045 - com vista a garantir sustentabilidade financeira perante os desafios que se projetam com o envelhecimento da população, automação, impactes ambientais;

- Realizar sessões de esclarecimentos sobre a gestão do Orçamento Municipal, simplificando, paralelamente, os documentos relativos ao mesmo

Participação Cívica, Transparência, Proximidade

O envolvimento do **Movimento Associativo na Gestão Municipal** é fundamental para o PAN. Queremos promover uma gestão mais próxima da comunidade, onde cada uma e cada um tenha o seu lugar e poder nas decisões para o concelho.

Através da integração nos **Conselhos Municipais** e a **Criação de Assembleia Cidadãos**, queremos incentivar e facilitar o envolvimento ativo dos munícipes, nas decisões municipais.

Ao mesmo tempo, consideramos fundamental apoiar o tecido associativo a desenvolver as suas atividades, seja por via de apoios financeiros ou outros, como com a disponibilização de espaços de trabalho partilhados, de forma gratuita ou a custos controlados, com vista a dinamizar o centro da cidade e as freguesias.

Paralelamente, consideramos fundamental garantir **plataformas digitais** que permitam um acesso a documentos e informações administrativas, de forma célere, em respeito pelo **Princípio da Administração Aberta**.

Defendemos:

- a realização de consultas públicas, além das obrigatórias por lei, e em prazos alargados, associando-se a realização de sessões de debate e esclarecimentos sobre documentos de relevante interesse para a comunidade como o Plano Diretor Municipal, entre outros;

- a criação do Portal Transparência Municipal onde será colocado, em sistema de arquivo aberto, todas as matérias relativas à gestão e organização administrativa, assim como registo de interesses dos membros do executivo e Assembleia Municipal;

- a disponibilização de um sistema de notificação automática de atos administrativos relevantes, editais e lançamento de consultas públicas

E porque acreditamos nas políticas de proximidade, queremos delinear:

- uma Estratégia Concelhia, que envolva as/os Presidentes de Junta, com vista a identificar principais focos de problemas, necessidades e respetivas soluções;

- implementar, de forma frequente, o instrumento do referendo local no município e nas freguesias;

Paralelamente, às nossas e aos nossos Presidentes de Junta irá ser garantido um **gabinete de apoio técnico e jurídico**.

Em matéria de organização e realização da Assembleia Municipal (AM), queremos:

- descentralizar a realização das Assembleias Municipais;

- garantir que o regimento da Assembleia Municipal é revisto:

- permitindo a participação cidadã no início das sessões;

- aumentando o tempo de intervenção das e dos cidadãos e das/os Sras/rs Presidentes de Junta;

- assegurar a existência de ILGP em todas as sessões camarárias e assembleia municipal, promovendo simultaneamente a criação de ações de formação nesta área para os funcionários municipais;

- garantir um gabinete de apoio técnico e jurídico aos membros da Assembleia Municipal;

- criar uma plataforma afeta à AM que garanta a publicação de todo o trabalho desenvolvido por este órgão.

Ordenamento e Planeamento do Território: Uma prioridade

O ordenamento e planeamento do território é essencial para garantir um desenvolvimento sustentável, inclusivo, resiliente e equilibrado das cidades e regiões. Somente através de um planeamento estratégico e políticas bem estruturadas, a nível municipal e intermunicipal, será possível criar territórios mais organizados, acessíveis, economicamente eficientes e ambientalmente responsáveis.

Assim, ao Município cabe a responsabilidade de gerir de forma rigorosa e planeada o crescimento do território, apostando numa verdadeira coesão territorial e articulando, com vista a uma equilibrada coexistência, as zonas urbanas e as industriais.

Fruto de decisões políticas a quem faltou visão a longo prazo e negação das alterações climáticas, aliado à permissão para construção dispersa pelo concelho, o incentivo à proliferação de zonas industriais de forma descontrolada e

desconexa, o que impossibilita a criação de ecossistemas empresariais complexos, que são factores chave da competitividade do território, a impossibilidade de manutenção de corredores ecológicos, ou destruição de zonas verdes, resultou num concelho desorganizado, caótico, com perigos já identificados para a circulação das pessoas, e cuja revisão do Plano Diretor Municipal veio confirmar a falta de visão ecológica que durante anos esteve presente no nosso território. E por isso, **precisamos quebrar este ciclo!**

Queremos um concelho adaptado ao século XXI. E as exigências dos nossos dias não podem continuar reféns de visões reféns de fronteiras.

Iremos pugnar pela:

- Delineação de uma Estratégia Intermunicipal para respostas coordenadas em matéria de mobilidade e transportes, habitação, indústria, ambiente, entre outras.

Mobilidade Sustentável e Ruas Seguras

Famalicão precisa de uma mudança de paradigma no que diz respeito à mobilidade e segurança rodoviária.

As ruas do nosso concelho continuam a não ser acessíveis às pessoas com mobilidade reduzida, aos peões que circulam, e dificultam ou não incentivam a deslocação por meios suaves. Paralelamente, entende-se ser necessário identificar as necessidades em termos de deslocações, as causas para a ocorrência do elevado número de acidentes, com vista a garantir soluções eficazes.

Assim, pretendemos:

- a elaboração de um Estudo de Mobilidade Sustentável para o Concelho;

- a criação de uma Estratégia Local de Segurança Rodoviária e Mobilidade;

- aumentar a fiscalização de rua para evitar estacionamento indevido.

Paralelamente, defendemos:

- o aumento de infraestruturas para mobilidade suave: construção de mais ciclovias e percursos pedonais seguros;

- a criação de zonas 30 e a colocação de limitadores de velocidade em zonas mais sensíveis como escolas, lares, infantários e outros;

- a criação de corredores seguros para crianças e jovens na deslocação para as escolas, reforçando-se a presença de elementos da Polícia Municipal.

- a eliminação de todas as barreiras arquitetónicas que impossibilitam uma mobilidade suave e segura das pessoas;

- garantir que a rede de transporte público cumpre critérios ambientais e inclusivos;

- implementar progressivamente o conceito de "cidade dos 15 minutos":

- *integrando este modelo nos instrumentos de gestão territorial e nos processos de revisão do PDM;*
- *planeando a política de transportes e mobilidade e apostando na intermodalidade nos transportes públicos;*
- *incentivando à conectividade pedonal e ciclável nas deslocações casa-trabalho;*
- *assegurando a proximidade de serviços e equipamentos;*
- *garantindo o uso eficiente do solo e dos recursos urbanos;*
- *apostando na diversidade de funções urbanas e sociais*

O Município como prestador de serviços de excelência

Compete ao Município garantir o bom funcionamento de serviços e infraestruturas basilares para a salubridade do concelho, assim como, assegurar um ambiente de boa saúde pública em todo o território. As competências locais deverão ser executadas de forma eficiente, pugnando pelo reforço da solidariedade, racionalização dos recursos, e em serviços de qualidade.

Para respostas eficazes nas áreas em que o Município exerce as suas competências como a educação, ação social, saúde, proteção civil, policiamento entre outras, assim como as tendências/alterações demográficas, é fundamental identificar as carências presentes, sem esquecer as futuras, apostando num trabalho de cooperação entre município, Estado central, Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e outras entidades públicas ou privadas, com vista à concretização de políticas e serviços públicos de excelência.

Assim, pretendemos:

- Garantir saneamento público, ou uma solução equivalente, a 100% da população;

- Assegurar o abastecimento de água de qualidade a 100% da população;

- Disponibilizar um serviço de recolha de lixo (resíduos e reciclagem) de qualidade, garantindo:

- o aumento dos pontos de recolha de lixo;

- a colocação de ecopontos e caixotes de lixo em número suficiente para as necessidades;

- a recolha porta-a-porta

- Realizar campanhas de sensibilização para eliminar práticas incorretas de deposição de lixo em locais e horários desapropriados;

- Reforçar a fiscalização, nomeadamente em áreas florestais, para evitar a deposição de lixo "industrial" ou outro e permitindo a identificação de locais de risco para estas práticas;

- Garantir equipas técnicas especializadas que acompanhem os agrupamentos escolares, de forma contínua, a fim de identificar necessidades de manutenção dos edifícios ou equipamentos e proceder à sua resolução;

- Disponibilizar uma plataforma municipal para inscrição em creches, por via a proceder ao levantamento das necessidades referentes à procura destas, por forma a assegurar respostas municipais nesta área

- Identificar as necessidades e renovar as paragens de autocarro, garantindo espaço para pessoas com mobilidade reduzida, espaços para os passageiros e que estas estejam devidamente cobertas, seguras e facilmente identificáveis, dotando estes espaços de caixotes de lixo;

Este programa, como projeto em construção, reflete o compromisso do PAN com um futuro inclusivo, sustentável, respeitando as Pessoas, os Animais e a Natureza.